

**CHILD FUND BRASIL – FUNDO PARA CRIANÇAS**

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES  
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

**CHILD FUND BRASIL – FUNDO PARA CRIANÇAS**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

**CONTEÚDO**

Relatório dos auditores independentes

QUADRO 1 – Balanço patrimonial

QUADRO 2 – Demonstração do superávit/ (déficit) do exercício

QUADRO 3 – Demonstração das mutações do patrimônio líquido

QUADRO 4 – Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras

82

# 1/1

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RELATÓRIO MG – 2019/087

Aos Administradores do  
**CHILD FUND BRASIL – FUNDO PARA CRIANÇAS**  
Belo Horizonte - MG

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do **CHILD FUND BRASIL – FUNDO PARA CRIANÇAS** (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do superávit/déficit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **CHILD FUND BRASIL – FUNDO PARA CRIANÇAS** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucro (NBC ITG 2002 R1).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa nº: 25, em 03 de outubro de 2014, a Entidade teve toda a sua documentação fiscal referente aos exercícios de 2010 e 2011 destruídas por incêndio ocorrido nas instalações de prestador. A Administração da Entidade informou-nos que não houve perdas econômicas decorrentes desse sinistro e que é baixa a probabilidade de que sejam futuramente detectadas e mensuradas novas perdas decorrentes desse assunto. Nossa opinião não está ressalvada com relação a este assunto.



## Outros assuntos

### **Demonstrações financeiras de exercícios anteriores examinadas por outro auditor independente**

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 20 de abril de 2018, sem modificações.

### **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade.
- Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 31 de março de 2019



**Gilberto Galinkin**  
Contador CRC MG - 035.718/O-8  
**Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes**  
CRC MG - 005.455/O-1



**Cristina Braga de Oliveira**  
Contadora CRC MG - 079.371/O-6  
**Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes**  
CRC MG - 005.455/O-1



**BALANÇO PATRIMONIAL  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**  
(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Notas Explicativas		2018	2017	PASSIVO	Notas Explicativas		2018	2017
	2018	2017				2018	2017		
<b>CIRCULANTE</b>									
Caixa e equivalentes de caixa	4		1.765	770	Fornecedores			17	101
Adiantamento a funcionários			34	24	Ordenados e salários a pagar	9		1	1
Adiantamento a terceiros	5		20	61	Impostos e contribuições a recolher			85	84
Estoque	6		-	82	Doações a repassar	10		23	715
Despesas do exercício seguinte			6	7	Contribuições a repassar	11		1.489	698
INSS a recuperar			-	-	Provisão de férias e encargos	12		259	260
Créditos a receber			32	35					
Recemb. a serem destinados			332	372					
<b>Total do ativo circulante</b>			<b>2.189</b>	<b>1.351</b>	<b>Total do passivo circulante</b>			<b>1.874</b>	<b>1.859</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>									
Imobilizado	7		4.067	4.253	Patrimônio Social	13		727	840
Intangível	8		28	60	Reserva de Reavaliação			2.976	3.078
<b>Total do ativo não circulante</b>			<b>4.095</b>	<b>4.313</b>	Déficit (superávit) acumulado			707	(113)
					<b>Total do patrimônio líquido</b>			<b>4.410</b>	<b>3.805</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>			<b>6.284</b>	<b>5.664</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>			<b>6.284</b>	<b>5.664</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT DO PERÍODO  
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
 (Valores expressos em milhares de reais)**

	Notas Explicativas	2018	2017
<b>RECEITAS ORDINÁRIAS</b>			
Doações internacionais	14	16.634	16.804
Doações nacionais	14	6.682	6.229
Convênio Corporativo - Telefônica	15	-	83
Convênios Corporativos - P&G	15	350	479
Trabalho Voluntário	18	50	36
		<u>23.716</u>	<u>23.631</u>
<b>DESPESAS CONCESSÃO DE GRATUIDADES</b>			
Gratuidades	16	(17.561)	(17.905)
		<u>6.155</u>	<u>5.726</u>
<b>RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>			
Pessoal e encargos		(2.662)	(2.648)
Impostos e taxas		(13)	(8)
Serviços de terceiros		(981)	(863)
Despesas Melhor de Mim (Telefônica)		-	(83)
Despesas P&G		(311)	(365)
Renúncia Fiscal – Despesas Contribuição Previdenciária	22	(723)	(706)
Renúncia Fiscal - Receita Contribuição Previdenciária	22	723	706
Receitas distribuição saches P&G		82	84
Despesas distribuição saches P&G		(82)	(84)
Despesas Trabalho Voluntário		(50)	(36)
Despesas com depreciação e amortização	20	(256)	(390)
Despesas com viagens		(501)	(551)
Despesas Postais		(120)	(158)
Despesas c/taxas e condomínio		(98)	(165)
Despesas c/taxas e contribuições		(59)	(119)
Despesas c/ telecomunicações		(133)	(93)
Despesas c/energia elétrica		(50)	(54)
Despesas gerais	19	(256)	(344)
Receitas financeiras		34	11
Despesas financeiras		(231)	(238)
Receitas de aluguéis	21	183	111
Alienação ou baixas de bens ativo imobilizadoc		-	64
Outras Receitas (Despesas)		(46)	(14)
		<u>(5.550)</u>	<u>(5.943)</u>
<b>(DÉFICIT) SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO</b>		<u>605</u>	<u>(217)</u>

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016  
(Valores expressos em reais)**

Composição	Patrimônio social	Reservas de reavaliação	Superávit / (Déficit) acumulado	Total
<b>EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016</b>	<b>1.439</b>	<b>3.181</b>	<b>(599)</b>	<b>4.021</b>
Incorporação do déficit acumulado	(599)	-	599	-
Realização da reserva de reavaliação	-	(103)	103	-
Déficit do período	-	-	(217)	(217)
Ajuste déficit período anterior	-	-	1	1
<b>EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017</b>	<b>840</b>	<b>3.078</b>	<b>(113)</b>	<b>3.805</b>
Incorporação do déficit acumulado	(113)	-	113	-
Realização da reserva de reavaliação	-	(102)	102	-
Superávit do período	-	-	605	605
<b>EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018</b>	<b>727</b>	<b>2.976</b>	<b>707</b>	<b>4.410</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
 (Valores expressos em reais)**

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Recebimentos</b>		
Doações e Parcerias	23.079	23.631
Aluguéis	183	111
Recebimento de juros	34	11
Outras receitas	-	2
	<u>23.296</u>	<u>23.755</u>
<b>Pagamentos</b>		
Fornecedores	(4.427)	(3.663)
Salários e ordenados	(3.869)	(3.880)
Impostos e contribuições	(13)	(8)
Tarifas bancárias	(234)	(238)
Subsídios para projetos	(13.693)	(16.038)
Outros pagamentos	(45)	(72)
	<u>(22.281)</u>	<u>(23.899)</u>
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<u>1.015</u>	<u>(144)</u>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Recebimento pela venda de imobilizado	-	64
Pagamento pela compra de imobilizado e intangível	(20)	-
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<u>(20)</u>	<u>64</u>
<b>(Redução) Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>995</u>	<u>(80)</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa no início do exercício	770	850
Caixa e Equivalentes de Caixa no final do exercício	1.765	770
<b>(Redução) Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>995</u>	<u>(80)</u>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017  
(Em reais mil)**

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

O ChildFund Brasil – Fundo para Crianças é uma entidade de assistência social de direito privado e sem fins lucrativos organizada sob a forma de associação de fins não econômicos, com atividade preponderante na área social, conforme o artigo 4º. Do Estatuto Social. Tem como objetivo realizar ações socioassistenciais de atendimento de forma continuada, permanente e planejada, por meio da prestação de serviços, execução de programas ou projetos e concessão de benefícios de proteção social básica ou especial, dirigidas a famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal, de forma gratuita, sem distinção de raça, cor, credo religioso ou político. Sua Administração é composta por Conselho de Administração, Assembleia Geral e Conselho Fiscal.

Foi constituído em 30 de agosto de 1966 e possui reconhecimento de utilidade pública em âmbitos Federal, Estadual e Municipal conforme Lei Federal nº 91/1935, regulamentada pelo Decreto nº 50.517/1961 e atendendo os critérios da Lei nº 13.019/2014. Registrado no Conselho Municipal de Assistência Social, Registrado no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, com Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), em análise do triênio 01/01/2018 a 31/12/2021 no MDS protocolado em 07/12/2017. Ademais mantém Certificado junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Belo Horizonte – CMDCA/BH sob o nº 00086/01.

Para manutenção do título, a Entidade está obrigada a apresentar anualmente o relatório circunstanciado dos serviços prestados à coletividade no ano anterior acompanhado das respectivas demonstrações financeiras.

Com atuação em seis estados (Minas Gerais, Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Goiás, Amazonas, Bahia e Piauí) apoia, técnica e financeiramente, entidades que desenvolvem programas de atendimento a crianças, adolescentes, famílias e comunidades em situação de risco social em regiões urbanas e rurais, como creches, escolas e centro de serviços, de acordo com as políticas básicas de atendimento determinadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e Convenção Internacional dos Direitos da Criança. A ênfase maior do trabalho do ChildFund Brasil está no processo de socialização, com a participação da família e da comunidade.

O ChildFund Brasil atua em mais de 50 municípios. Atende cerca de 42 mil crianças, jovens e adolescentes apadrinhadas e não apadrinhadas, junto a organizações sociais parceiras. É mantido exclusivamente pelo sistema de apadrinhamento e de doações especiais de grupos de pessoas e empresas.

O ChildFund Brasil implementou em 2018 programas e projetos sociais, por meio de parcerias e finalizou o ano com 45 organizações sociais parceiras, que atuaram em comunidades em regiões urbanas e rurais, localizadas nos 7 estados atendidos, beneficiando cerca de 127 mil pessoas que vivenciam cotidianamente situações de pobreza, exclusão e vulnerabilidade social. As organizações que compõem a rede de parceiros são de caráter comunitário, geralmente formado por conselhos de pais, creches e grupos de apoio à criança e ao adolescente.

O ChildFund Brasil traçou para o quadriênio 2017-2024 uma estratégia de atuação baseada em uma profunda análise da pobreza infantil no Brasil. Trata-se da Estratégia de Desenvolvimento Social, norteadas nos ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, Estratégia do ChildFund International, PNAS – Política Nacional de Assistência Social, dos conceitos de Privação, Exclusão e Vulnerabilidade (PEV) e do PEA – Planejamento Estratégico de Área junto às próprias crianças, adolescentes, jovens e suas famílias sobre a pobreza infantil. Os principais programas desenvolvidos: 1- Primeira Infância Saudável e Protegida, 2- Crianças e Adolescentes Saudáveis e Confiantes, 3- Jovens Capacitados e Participativos e 4- Família e Comunidade Segura e Protegida. Dentro dos 4 programas os projetos executados têm como base metodológica as tecnologias sociais: Olhares em Foco, Casinha de Cultura, Aflatoun, Aflateen, Animador Comunitário, Gold, MJPOP, Terapia Comunitária Integrativa, Brincando nos Fortalecemos, Bons Tratos em Família, Kit Família Fortalecida, Água Pura para Crianças, Luta pela Paz e REJUDES.

A Entidade possui aproximadamente 34.3 mil crianças apadrinhadas em 2018: 8.6 mil crianças apadrinhadas por brasileiros e 25.7 mil crianças por estrangeiros (Em 2017 também totalizou 34 mil crianças apadrinhadas sendo: 8 mil crianças apadrinhadas por brasileiros e 26 mil crianças por estrangeiros).

A queda do número de crianças apadrinhadas por estrangeiros reflete uma tendência mundial de redirecionamento das doações em virtude do atual cenário econômico financeiro do Brasil. Assim percebe-se uma migração das doações estrangeiras para países considerados mais pobres. Com relação ao apadrinhamento brasileiro, a queda refere-se à exclusão no banco de dados do ChildFund, de padrinhos que não haviam efetuado pagamentos por período superior a um ano.

O desafio do ChildFund Brasil é a busca pelo crescimento do apadrinhamento nacional para suprir as perdas dos padrinhos estrangeiros nos últimos anos, buscando novos parceiros neste mercado.

A Entidade, em conformidade com o seu estatuto social, não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de seu superávit como lucro ou participação em resultados, aplicando integralmente os seus recursos no País, na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos refletidos, devidamente, em seus demonstrativos financeiros.

## **2. BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

### **2.1 Declaração de Conformidade**

As demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1.000). A Entidade está sujeita ainda à observância da Interpretação, NBC ITG 2002 - Entidade Sem Finalidade de Lucros, do Conselho Federal de Contabilidade.

### **2.2 Base de mensuração**

As demonstrações contábeis individuais foram elaboradas com base no custo histórico.

 9



### **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações contábeis individuais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da ChildFund Brasil. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **2.4 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as normas contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

As principais premissas relativas a fontes de incertezas nas estimativas futuras, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são:

- Vida útil dos ativos - Notas 3.c e 3.d
- Redução ao valor recuperável de ativos (impairment) - Nota 3.c
- Provisões e contingências - Nota 3.e
- Ajuste a valor presente - Nota 3.g
- Reconhecimento dos trabalhos voluntários – Nota 3.h

### **2.5 Aprovação das demonstrações financeiras**

A de Administração da ChildFund Brasil autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 29 de março de 2019, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que tiveram efeito sobre estas demonstrações financeiras.

### **2.6 Critérios Contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo as observações contidas na Nota 3.j – Políticas Contábeis e Mudança de Estimativa.

## **3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As principais práticas contábeis adotadas pela ChildFund Brasil na elaboração das demonstrações financeiras são como seguem:

### **a. Receitas e despesas**

As receitas oriundas de doações, subvenções e contribuições recebidas mediante constituição ou não de fundos, são registradas em contas próprias, segregadas das demais contas da Entidade, conforme determina a NBC ITG 2002, mediante documento hábil, quando da efetiva entrada dos

recursos. Todas as demais receitas e as despesas necessárias à manutenção de suas atividades são registradas pelo regime contábil da competência.

#### **b. Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Entidade considera equivalentes de caixa as aplicações financeiras que sejam de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e que são sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

#### **c. Imobilizado**

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e das depreciações acumuladas e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*). A Entidade utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros.

Apesar de possuir imóveis que se enquadra na definição de propriedade para investimento, a Entidade classificou os ativos como imobilizado, em consonância com a NBC TG 1000 (seção 16), tendo em vista que a Administração entende que os imóveis não serão avaliados pelo valor justo a cada balanço de forma contínua, sem custo ou esforço excessivos.

Um item de imobilizado é baixado quando alienado ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do superávit (déficit) no exercício em que o ativo for baixado.

#### **d. Intangível**

Ativos intangíveis adquiridos pela Entidade e que têm vidas úteis finitas, são mensurados pelo seu custo, deduzido da amortização e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda do valor econômico do ativo.

Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de mudanças no prazo ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

A amortização de ativos intangíveis é reconhecida na demonstração do resultado, consistente com a utilização da vida útil dos ativos intangíveis.

#### **e. Provisões e Contingências**

A provisão é reconhecida quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. No momento em que a Entidade é parte de processos judiciais e/ou administrativos, as provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os

quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos, internos e externos, da Entidade.

**f. Passivos circulantes e não circulantes**

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos, em base "pro-rata" dia. Além disso, quando aplicável, as transações relevantes são ajustadas a valor presente.

**g. Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo, quando existentes, são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

**h. Reconhecimento dos trabalhos voluntários**

Os trabalhos voluntários (receitas e despesas), inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração, no exercício de suas funções, são reconhecidos pelo valor justo da prestação dos serviços como se tivessem ocorrido os desembolsos financeiros.

**i. Demonstrações dos fluxos de caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método direto, são preparadas e apresentadas de acordo com a NBC TG 1000 (seção 07).

**j. Políticas Contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro**

As principais políticas contábeis vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados com objetivo melhorar a relevância e a confiabilidade das demonstrações contábeis da Entidade, bem como permitir sua comparabilidade ao longo do tempo com as demonstrações de outras entidades. A Entidade no exercício de 2017 efetuou a reclassificação para o grupo Imobilizado dos imóveis anteriormente classificados como Propriedade para Investimentos, tendo em vista que os imóveis não serão avaliados pelo valor justo a cada balanço de forma contínua, sem custo ou esforço excessivos.

**4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

A posição de caixa e equivalentes, em 31 de dezembro, estava assim representada:

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Caixa	4	4
Bancos sem restrição	218	105
Bancos com restrição – Projeto Eclesiástico	29	29
Bancos com restrição - Subsídio	237	497
Aplicações Financeiras sem restrição	13	30
Aplicações Financeiras com restrição – Subsídio	1.264	105
	<b>1.765</b>	<b>770</b>

As aplicações financeiras referem-se a aplicações efetuadas em Certificados de Depósitos Bancários – CDBs, com remuneração variando de 5% a 94% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) em 31 de dezembro de 2018. Esses certificados podem ser resgatados a qualquer momento pela administração da Entidade sem qualquer ônus.

## 5. ADIANTAMENTO A TERCEIROS

Os recursos de parcerias em projetos referem-se a adiantamentos para as Organizações Sociais Parceiras para execução de projetos específicos com o objetivo de trazer melhorias para as famílias e comunidades, conforme demonstramos a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Catálogo Nacional	9	20
Adiantamento Desenvolvimento Social	5	5
Adiantamento Fornecedor	6	36
<b>Total</b>	<b><u>20</u></b>	<b><u>61</u></b>

Os recursos de parcerias decorrem basicamente de doações referentes a campanhas do ChildFund Brasil e ChildFund Internacional.

## 6. ESTOQUE

Os valores na rubrica de estoque de terceiros, estão registrados pelo valor justo e referem-se a projeto executado em parceria com P&G - Procter & Gamble. Os itens estocados são saches individuais utilizados no projeto “Água Pura para Crianças”. Os mesmos são distribuídos mensalmente para as famílias das comunidades através das Organizações Parceiras.

Em 31 de dezembro de 2018 está demonstrado abaixo:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Estoque Inicial</b>	<b>82</b>	<b>42</b>
Distribuídos	(82)	(85)
Baixa perda	-	-
Recebidos	-	125
<b>Estoque Final</b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>82</u></b>

## 7. IMOBILIZADO

Todos os bens imobilizados da Entidade, incluindo o grupo de edificações, foram reavaliados conforme Laudo de Reavaliação emitido pela empresa Dhisa Auditores Associados, no. 481, datado de 31 de outubro de 2006, quando suas taxas de depreciação, vida útil remanescente e valores foram ajustados conforme laudo. Ademais a Entidade optou pela não adoção do custo atribuído (*deemed cost*) aos seus ativos imobilizados conforme facultado pelo CPC 27 e ICPC 10.

	<u>Taxa de depreciação ao ano %</u>	<u>2017</u>	<u>2017</u>
Terrenos		1.154	1.154
Edificações	2,5% a 4,0%	4.006	4.006
Máquinas e equipamentos	8,0% a 11,0%	170	165
Móveis e utensílios	8,0% a 10,0%	35	36
Veículos	6,0% a 20%	375	375
Computadores e periféricos	11% a 25%	345	324
		<u>6.085</u>	<u>6.060</u>
Depreciação/Amortização acumulada		<u>(2.018)</u>	<u>(1.807)</u>
		<u><b>4.067</b></u>	<u><b>4.253</b></u>

Conforme item 57 do CPC 27, a Entidade não alterou a forma de utilização do seu imobilizado, como também, não identificou desgastes e quebra relevante inesperada, progresso tecnológico e mudanças nos preços de mercado que indicassem que o valor residual ou vida útil dos ativos necessitassem de modificação.

A movimentação do imobilizado nos exercícios de 2018 e 2017, estão assim representados:

	<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Liquido</u>
<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>1.935</b>	<b>(816)</b>	<b>1.119</b>
Aquisições	245	-	245
Baixas	(114)	-	(114)
Transferências	3.393	-	3.393
Depreciação		(390)	(390)
<b>Saldo em 31/12/2017</b>	<b>5.459</b>	<b>(1.206)</b>	<b>4.253</b>
Aquisições	44	-	44
Baixas	(19)	-	(19)
Transferências	-	-	-
Depreciação		(211)	(211)
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>5.484</b>	<b>(1.417)</b>	<b>4.067</b>

## 8. INTANGÍVEL

Com o objetivo de melhorar seus processos de gestão, em 2010 o ChildFund Brasil iniciou o processo de implementação do software de gestão integrada Peoplesoft doado pela empresa Oracle Sistemas do Brasil, em Maio de 2009. Desde seu início, a Entidade incorreu em gastos no montante de R\$ 809 mil, no processo de implantação do sistema.



A posição do intangível, em 31 de dezembro, estava assim representada:

	<u>Taxa de amortização ao ano %</u>	<u>2017</u>	<u>2017</u>
Softwares	20%	141	141
Software PeopleSoft	20%	809	809
		<u>950</u>	<u>950</u>
Amortização acumulada		(922)	(890)
Saldo em 31/12/2018		<u>28</u>	<u>60</u>

A movimentação do intangível nos exercícios de 2018 e 2017 estão assim representados:

	<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Líquido</u>
Saldo em 31/12/2016	949	(723)	226
Aquisições	1		1
Amortização	-	(168)	(168)
Saldo em 31/12/2017	<u>950</u>	<u>(891)</u>	<u>59</u>
Aquisições			
Amortização		(31)	(31)
Saldo em 31/12/2018	<u>950</u>	<u>(922)</u>	<u>28</u>

## 9. ORDENADOS E SALÁRIOS A PAGAR

A partir de julho de 2015, a Entidade alterou a data de pagamento de salário dos seus funcionários para o dia 25 do mês de competência, de forma que desde a referida data, esta conta passou a registrar a baixa do saldo a pagar nos fechamentos de cada mês.

## 10. DOAÇÕES A REPASSAR

No momento do recebimento das doações, os valores são registrados na rubrica "Doações a repassar". Ao serem identificados, estes são reclassificados de acordo com sua natureza.

Eventualmente, o saldo residual desta conta, refere-se a recursos ainda em processo de reconhecimento.




Em 31 de dezembro de 2018, o saldo residual foi de R\$ 22 mil (R\$ 715 mil em 2017), conforme a seguir:

	<u>2017</u>	<u>2017</u>
<b>Saldo anterior</b>	715	420
Doações recebidas	11.275	12.945
Devolução de doações	(9)	(9)
Doações recebidas e identificadas conforme sua natureza	(11.959)	(12.641)
<b>Saldo final</b>	<u><b>22</b></u>	<u><b>715</b></u>

O ChildFund Brasil controla em contas patrimoniais os efeitos de gratuidade dos presentes de padrinhos destinados às crianças apadrinhadas (DFC's – Designated Fund Certificate), mantendo em seu passivo circulante os valores arrecadados para posterior repasse.

O saldo de DFC's repassado no exercício foi:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
DFC's de doações internacionais	3.625	3.308
DFC's de doações nacionais	949	1.356
	<u>4.574</u>	<u>4.664</u>

## 11. CONTRIBUIÇÕES A REPASSAR

A Entidade reconhece as contribuições quando há segurança de que cumprirá as condições estabelecidas pelos parceiros e de que a subvenção será recebida ou quando já foi recebida. Em 31 de dezembro a Entidade possuía em seus livros os seguintes registros:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Contribuições a apropriar passiva</b>		
Contribuição campanha Pague Menos	14	14
Contribuição campanha Catálogo	-	-
Contribuição campanha Fundação Amazonas	-	-
Contribuição Projeto Melhor de Mim	-	-
Contribuição Projeto P&G	-	82
Subsídios/DFC retidos a repassar	1.475	602
<b>Total das contribuições a realizar</b>	<u><b>1.489</b></u>	<u><b>698</b></u>

## 12. PROVISÕES DE FÉRIAS E ENCARGOS

A posição de provisão de férias e encargos, em 31 de dezembro, estava assim representadas:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Provisão para férias	240	241
Encargos s/ férias	19	19
	<u><b>259</b></u>	<u><b>260</b></u>

### 13. PATRIMÔNIO SOCIAL

Os resultados dos períodos são mantidos na rubrica “Superávit/Déficit acumulado”, enquanto não aprovados pela Assembleia Geral e, após a sua aprovação, são incorporados à conta de Patrimônio Social.

O patrimônio social da Entidade em 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$ 727 mil, representa o montante inicial aportado para início das atividades da Entidade, sendo aumentado ou reduzido anualmente em função do superávit ou déficit apurado.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os resultados apurados foram, respectivamente, superávit de R\$ 605 mil e déficits de R\$ 217 mil.

### 14. DOAÇÕES

A Entidade recebeu doações e subvenções durante o exercício registradas em contas de receita da seguinte forma:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Subsídios internacionais	11.094	11.275
Verbas do orçamento operacional	3.048	3.127
Verba PEF – Partners Effective Funds	2.489	2.373
Outras doações recebidas	3	30
<b>Doações externas</b>	<u>16.634</u>	<u>16.805</u>
Subsídios brasileiros	3.538	3.604
Arrecadações nacionais para custeio	2.168	2.179
Outras doações recebidas	976	529
<b>Doações locais</b>	<u>6.682</u>	<u>6.312</u>
	<u><b>23.316</b></u>	<u><b>23.117</b></u>

As receitas com doações auferidas pela Entidade são provenientes do Brasil e do exterior, na forma de subsídios a organizações sociais parceiras e verbas especiais a projetos.

### 15. DOAÇÕES CORPORATIVOS

O ChildFund Brasil passou a partir de 2014 a controlar em contas de resultado os efeitos de gratuidade dos convênios corporativos para desenvolvimentos de projetos.

O saldo realizado de convênios corporativos foi:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Projeto P&G	350	479
Projeto Melhor de Mim	-	83
	<u>350</u>	<u>562</u>

Essas receitas são proporcionadas pelo sistema de apadrinhamento e parcerias com corporações, governos, entre outros.

## 16. CONCESSÃO DE GRATUIDADES

A Entidade mantém controle financeiro e realiza acompanhamento permanente sobre todas as verbas repassadas às organizações sociais parceiras. A cada repasse, a respectiva prestação de contas é obrigatória e, necessariamente, enviada ao ChildFund Brasil no prazo máximo de 20 dias do mês posterior ao do repasse, viabilizando o acompanhamento da coerência na aplicação das verbas.

O objetivo do repasse por dessas Organizações é, principalmente, de desenvolver e executar programas de Assistência Social de acordo com os planos de atividades elaboradas por elas.

De acordo com a Resolução 188 do CNAS, os valores repassados para as Organizações parceiras podem ser considerados como gratuidades, sendo registradas dentro do grupo de despesas ordinárias, conforme demonstrado a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Subsídios – Organizações Sociais Parceiras	14.389	14.338
Verbas especiais a projetos	570	459
Apoio a Programas Sociais (nota 17)	2.602	3.108
	<u>17.561</u>	<u>17.905</u>

As verbas e subsídios recebidos foram enviados às Organizações Sociais Parceiras e são lançados em conta específica de despesa.

A seguir apresentação dos saldos repassados, segregados por Organização Parceira:

<b>Código</b>	<b>Organizações Parceiras</b>	<b>R\$ mil</b>
317	Griasc	164
318	Grupo Crianças B. Nova Vida	254
420	C.C.C.T. Carentes Quitaius	201
427	Soc.Educação E Saúde À Família	540
1052	Assoc.Unidos Para O Progresso	497
1058	Assoc.Com. Cul.Agr. Vale Do Curu	289
1289	Proj.Alegria Da Criança	674
1451	Proj.Com. Sorriso Da Criança	395
1458	Proj.Frente Benef.Para Criança	457
1471	Projeto Criança Feliz	631
1613	Procaj	492
1662	Gedam	198
1733	Conacreje	450
1736	Assoc.Com. De Padre Paraíso	504
1737	Assoc.Com. Municipal De Medina	358




1766	Soc.Assistência À Criança	232
1775	Assoc.Com. Do Guarani	322
2362	Centro A. Crian.Adol. Conj.P.Vi	198
3175	Aprisco - Assoc.Promocio	290
3176	Assoc.Municipal De Assistência	296
3177	Abita - Assoc.Benef. De Itaporé	260
3178	Aplant	261
3179	Arai - Assoc.Rural Assistência	343
3385	Assoc.Recreativa Salonópoles	145
3389	União Popular Pela Vida	399
3392	Centro De Apoio À Criança	813
3393	Soc.Prot.A. Famílias Itapipoca	278
3394	Assoc.União Das Famílias	268
3397	Centro Social De Orós	343
3718	Associar	227
3724	Mov.De Ajuda Familiar De Ocara	225
3729	Soc.De Apoio À Família Carente	194
3862	Ampliar	258
3863	Achanti	266
4000	Amipro - Assoc.M.R. Carbonita	429
4028	Assoc.Moradores Cariri Mirim	185
4029	Assoc Morad. Bairros Frutilândia e Fulô do Mato	261
9182	Adecave	256
9202	Ajenai	246
9682	Ascai - Assoc.Cr. Adol.Itaobim	343
9683	Araic-Assoc.R.A. F/J Comercinho	280
9803	Asscad	248
9804	Ass. de prom. e assist. a infância e juventude	296
9805	Associação Futuro Melhor PROFUTURO	120
<b>TOTAL</b>		<b>14.389</b>

## 17. APOIO A PROGRAMAS SOCIAIS

A verba destinada a “Apoio a Programas Sociais” é utilizada para monitoramento da execução das atividades nas Organizações Sociais Parceiras, realizado pelos escritórios regionais. Dentre as principais despesas, podemos destacar:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Honorários de Auditoria	223	183
Serviços contratados	500	487
Despesas c/ postais	203	311
Despesas com pessoal	964	1.080
Despesas gerais	121	223
Despesas com viagens	503	207
Reuniões e conferências	18	519
Materiais para projetos	70	98
Repasse OSPs – PEF	-	-
	<u>2.602</u>	<u>3.108</u>


## 18. TRABALHO VOLUNTARIO

São basicamente divididos em três grupos, Governança, Gestão e Grupos de trabalho. Na Governança são classificados os trabalhos voluntários do Conselho Administração e Fiscal. Nos Grupos de trabalho são classificados os trabalhos voluntários dos participantes do Grupo de Trabalho de Finanças, Compliance, Recursos Humanos e Desenvolvimento Social. Na Gestão são classificados os trabalhos voluntários dos Comitês. Os trabalhos voluntários do Grupo Governança foram mensurados com base nos valores praticados por esses profissionais no mercado para o cargo.

	<u>Reuniões</u>	<u>Participantes</u>	<u>Horas</u>
<b>2018</b>			
Governança	2	16	16
<b>2017</b>			
Governança	2	15	16

Os valores apresentados na demonstração dos resultados estão assim compostos:

	<u>2017</u>	<u>2017</u>
Governança	50	36
	<u>50</u>	<u>36</u>

 20



## 19. DESPESAS GERAIS

O grupo de despesas gerais considera diversas despesas necessárias à operacionalidade da Entidade, sendo as mais relevantes:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Despesas c/ reuniões, conferências e eventos	16	25
Despesas c/ material de escritório	17	17
Despesas c/ alimentação	39	35
Despesas c/ manutenção de instalações e equipamentos	33	31
Despesas c/ material de limpeza/higiene	6	11
Despesas c/ combustíveis	16	10
Despesas c/ estacionamento	12	15
Despesas c/ aluguel	3	2
Despesas c/ fotocópias	11	14
Bens de pequeno valor	5	10
Despesas c/ condução	30	39
Prêmio seguro	11	3
Publicações/publicidade	9	15
Brindes e presentes	12	8
Outras	36	109
	<u>256</u>	<u>344</u>

## 20. DESPESAS COM DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO

Após reavaliação dos bens do ativo imobilizado, conforme laudo emitido pela empresa Dhis Auditorios Associados, no. 481, em 31 de outubro de 2006, a Entidade passou a registrar os efeitos da depreciação dos bens reavaliados no resultado do exercício, com base na vida útil informada no laudo, sendo a reserva correspondente simultaneamente transferida para a rubrica "Déficit ou Superávit acumulado no Patrimônio Líquido". Os efeitos de depreciação correspondentes à reavaliação e ao custo original no resultado do exercício podem ser assim demonstrados:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Despesas de depreciações (custo líquido)	123	119
Despesas de amortizações (software)	31	168
Despesas de depreciações/amortizações (custo reavaliado)	102	103
	<u>256</u>	<u>390</u>

8 < 21



## 21. RECEITAS DE ALUGUÉIS

As receitas de aluguéis são oriundas de imóveis situados em Minas Gerais e Ceará. Em novembro de 2013, os imóveis CEIAM e CEDI foram cedidos em comodato à Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Salas do Edifício Work Center - BH	160	102
Salas/Vaga garagem do Edifício Top Center - Fortaleza	<u>23</u>	<u>9</u>
	<u><b>183</b></u>	<u><b>111</b></u>

## 22. RENÚNCIA FISCAL

Em função da isenção tributária quanto ao INSS patronal, por se tratar de Entidade sem fins econômicos, devidamente regularizada nos órgãos normativos, o ChildFund Brasil se beneficiou dos seguintes montantes de isenção nos exercícios de 2018 e 2017:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
INSS Patronal - Fopag	666	636
INSS Patronal – Autônomos	41	55
INSS Patronal – Cooperativas	<u>16</u>	<u>15</u>
	<u><b>723</b></u>	<u><b>706</b></u>

## 23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologia de estimativa poderão ter um efeito diferente nos valores estimados de mercado. Baseada nessa estimativa, a administração entende que o valor contábil dos instrumentos financeiros equivale aproximadamente a seu valor de mercado, conforme descrito abaixo.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa - estão apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

## 24. SEGUROS


Em 31 de dezembro de 2018, a Entidade mantém cobertura de seguros para seu imobilizado em montante considerado pela mesma suficiente para cobrir eventuais sinistros.



## 25. INCÊNDIO NA EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE GUARDA DE DOCUMENTAÇÃO DO CHILDFUND BRASIL

Em 03 de outubro de 2014, a Memovip teve parte das instalações de sua sede incendiada (Laudo pericial 0000542/15 da Primeira Delegacia da Polícia Civil/Contagem) que resultou na queima, com conseqüente perda total da documentação fiscal no período de 2010 e 2011. A Administração ressalta que não houve perdas econômicas decorrentes desse sinistro.

A Administração também entende que é baixa a probabilidade de que sejam futuramente detectadas e mensuradas novas perdas decorrentes desse assunto.



---

Gerson Pacheco  
Diretor Nacional



---

Eduardo Henrique Ramalho França  
Gerente Financeiro

Sérgio A. S. Filho  
Contador - CRCMG 108686/O  
ChildFund Brasil



---

Sérgio Alexandre dos Santos Filho  
Contador CRC MG 108686/O-8